

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A Tradição Oral do Cágado e a imagem de Luís XIV: uma proposta de sequência didática sobre noções de poder na Lunda (África Central) e no Absolutismo

Vitória Massami Kikuti, Elaine Ribeiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17010>

Submetido em: 2026-07-20

Postado em: 2026-07-22 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A Tradição Oral do Cágado e a imagem de Luís XIV: uma proposta de sequência didática sobre noções de poder na Lunda (África Central) e no Absolutismo ^{1 2}

The Oral Tradition of the Tortoise and the Image of Louis XIV: A Proposal for a Didactic Sequence on Notions of Power in Lunda (Central Africa) and Absolutism

Vitória Massami Kikuti

Discente do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e bolsista FAPEMIG BDCTI – Nível III, Alfenas, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vitoria.kikuti@sou.unifal-mg.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2607-6606>

Elaine Ribeiro

Professora doutora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Coordenadora do projeto Mukanda Histórica Digital, Alfenas, Minas Gerais, Brasil. E-mail: elaine.ribeiro@unifal-mg.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3703-4426>

RESUMO

O presente artigo propõe a aplicação didática da tradição oral do cágado e da perdiz, oriunda da região da Lunda (África Central), em paralelo à construção da imagem de Luís XIV, o “Rei Sol”. Para isso, propomos a análise da tradição oral transcrita e traduzida por João Vicente Martins (1971) no contexto de trabalho forçado na Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) e a pintura produzida por Hyacinthe Rigaud (1701), intitulada como “O rei sol, Luís XIV da França”. O objetivo principal é demonstrar o potencial do uso de fontes da História da Lunda para descolonizar o ensino de história e problematizar diferentes noções de

¹ O presente preprint integra o site *Redes Vivas*, que constitui o Objeto de Aprendizagem (OA) desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Este site encontra-se integrado ao projeto *Mukanda Histórica Digital*, sob financiamento da FAPEMIG. Para um exame detalhado do projeto, acesse a plataforma institucional: <https://app.unifal-mg.edu.br/historiadigital/>

² Declaramos que a redação do presente trabalho contou com o suporte da Inteligência Artificial modelo Gemini 3.1 Pro, sob licença institucional da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), exclusivamente para revisão de linguagem: melhoria da gramática, ortografia, clareza e estilo do texto. Toda supervisão, validação e autoria intelectual do artigo são de responsabilidade das autoras humanas.

poder na Educação Básica, confrontando a cosmopercepção antropocêntrica europeia (representada pelo Absolutismo francês) com a cosmopercepção da biointeração Lunda-Cokwe (a partir da tradição oral do cágado). A metodologia adotada combina a análise crítica fundamentada em referenciais teóricos culminando na elaboração de uma sequência didática para o 7º ano do Ensino Fundamental. Como principais resultados, estruturou-se uma proposta de intervenção de três aulas que operacionaliza debates mediados pelo(a) docente e uma atividade avaliativa de sistematização escrita individual. Com isso, busca-se descentralizar o conhecimento provindo da Europa ao demonstrar outras formas de organização. Conclui-se que a tradição oral da Lunda constitui um recurso relevante para o ensino de História, contribuindo para o cumprimento da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Tradição oral, Cágado; Poder, Absolutismo, Ensino de História da África.

ABSTRACT

This article proposes the pedagogical application of the oral tradition of the tortoise and the partridge, originating from the Lunda region (Central Africa), in parallel with the construction of the image of Louis XIV, the “Sun King”. To this end, we propose the analysis of the oral tradition transcribed and translated by João Vicente Martins (1971) within the context of forced labor at the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), and the painting produced by Hyacinthe Rigaud (1701), entitled “The Sun King, Louis XIV of France”. The main objective is to demonstrate the potential of using sources from Lunda History to decolonize history teaching and problematize different notions of power in Basic Education, confronting the European anthropocentric cosmoperception (represented by French Absolutism) with the Lunda-Cokwe biointeraction cosmoperception (from the oral tradition of the tortoise). The adopted methodology combines critical analysis grounded in theoretical frameworks, culminating in the development of a pedagogical sequence for the 7th grade of Elementary School. As main results, a three-class intervention proposal was structured, which operationalizes teacher-mediated debates and an individual written systematization assessment activity. Thus, it seeks to decentralize knowledge originating from Europe by demonstrating other forms of organization. It is concluded that the Lunda oral tradition constitutes a relevant resource for history teaching, contributing to compliance with Law 10,639/03.

Keywords: Oral tradition; Tortoise; Power; Absolutism; African History Teaching

Introdução

O presente artigo aborda a relevância da História da Lunda (África Central) para o ensino de História na educação básica, buscando demonstrar a viabilidade de uma sequência didática que discute as relações de poder tanto nessa região africana quanto sob a lógica do Absolutismo europeu. Na prática docente, o conceito de “Poder” no 7º ano costuma ser ensinado de forma eurocêntrica, focando em figuras como Luís XIV e o absolutismo de corte. Somado a isso, os professores frequentemente se deparam com a escassez de materiais didáticos e planos de aula acessíveis que possibilitem aos alunos conhecerem a região da Lunda e a História da África de modo geral.

Como uma contribuição para superar esse cenário e viabilizar o cumprimento da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, propomos o estudo da tradição oral da Lunda como forma de tensionar as noções de poder expressas no Absolutismo. A proposta oferece aos professores uma alternativa metodológica prática para operacionalizar a legislação de maneira transversal, fornecendo a proposta de uma sequência didática que permita pautar os conhecimentos africanos fora de efemérides ou de habilidades isoladas do currículo.

O foco desta análise centra-se na tradição oral do cágado e da perdiz, narrativa que expressa a importância desse animal na organização de poder na Lunda. A fonte utilizada está presente no volume 83 da revista “Museu do Dundo – Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda – Contos dos Quiocos”, produzida por João Vicente Martins, chefe de uma das equipes de prospecção da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang). Martins recolheu e traduziu essas tradições a partir da narração de trabalhadores forçados da empresa. A história analisada foi narrada por José Muacoje, natural da aldeia de Camba Sola (área do Posto Administrativo e concelho de Saurimo), que trabalhou com Martins entre 1954 e 1957, em Calonda, área do Posto Administrativo de Camissombo, conselho do Chitato (Martins, 1971, p. 27).

Nesse sentido, o objetivo do artigo é apresentar e analisar criticamente essa tradição oral e propor uma sequência didática que a relacione com as noções de poder do Absolutismo, mais especificamente com a construção da imagem de Luís XIV, expressa na pintura produzida por Hyacinthe Rigaud entre 1700 e 1701, intitulada como “O rei sol, Luís XIV da França”, visando a reflexão sobre diferentes formas de poder e a materialização de valores de cada sociedade.

Com isso, o(a) professor(a) terá em mãos um passo a passo completo de como aplicar uma atividade de análise documental em sala de aula. A sequência didática é adequada para o

7º ano do Ensino Fundamental por estar diretamente alinhada às habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dentre elas, destacamos a habilidade (EF07HI03) que visa “identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas” e a habilidade (EF07HI07) que propõe “descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política” (Brasil, 2017, p. 422-432).

Para desenvolver essa proposta, o texto está estruturado em três seções. A primeira, intitulada “O poder do cágado na organização social da Lunda: contexto e análise”, em que apresentamos a tradição oral do cágado e da perdiz, o seu contexto de produção e a análise desta fonte. Na segunda seção, “O poder de Luís XIV, o rei Sol”, demonstramos uma breve discussão sobre a lógica do Absolutismo e a formação da imagem do rei. Por fim, na última seção, “Proposta de sequência didática: as noções de poder na Lunda e no absolutismo”, apresentamos a possibilidade de uso das fontes em uma sequência didática de três aulas, almejando discutir a diversidade de noções de poder.

1. O poder do cágado na organização social da Lunda: contexto e análise

Esta seção analisa a tradição oral intitulada “Conto do Cágado e da Perdiz”, narrada por José Muacoje (Martins, 1971, p. 27). O narrador era um trabalhador forçado da Diamang, empresa que desempenhou papel central na consolidação do colonialismo na região da Lunda (África Central), operando como mecanismo econômico, político e agente de uma suposta “missão civilizatória” (Alencastro, 2018, p. 81-90). Sob essa conjuntura colonial, realizava-se a coleta de conhecimentos das populações locais. Apesar desse contexto de registro, considera-se possível acessar, por meio desta narrativa, a cosmopercepção da Lunda (Santos, 2025, p. 53).³

Para analisar essa tradição oral como fonte histórica, cabe refletir sobre a sua natureza. Embora tenhamos indicado que José Muacoje foi quem narrou essa tradição oral que culminou na publicação de João Vicente Martins, o conhecimento dessas narrativas não pressupõe noções de autoria individual, caracteriza-se como essencialmente coletivo, sendo modificado à medida que transita entre sujeitos e gerações (Lopes, 2004).

Nesse sentido, as tradições orais definem-se pela fluidez e plasticidade, o que permite aos narradores realizarem modificações estéticas e conjunturais no relato sem romper a

³ A “cosmopercepção”, ou “sentido de mundo”, se refere à forma como as populações da oralidade percebem o mundo por meio de múltiplos sentidos, e não apenas pela visão como os ocidentais (Oyěwùmí, 2005).

estrutura mnemônica que o sustenta (Palmeirim, 2008; Lopes, 2004).

As tradições orais são relacionadas com as experiências dessas populações, trata-se de um conhecimento vivo e vivenciado (Hampaté Bâ, 2010). Nessa perspectiva, elas desafiam a mentalidade cartesiana de segmentação da realidade em categorias isoladas, pelo contrário, funcionam simultaneamente como “religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação” (Hampaté Bâ, 2010, p. 169).

Desse modo, o sistema de pensamento africano tem como proposição que a existência organiza-se em “muitas linhagens de vida e sobrevivência” relacionadas de maneira simbiótica. Não há separação entre os humanos e a natureza, mas sim o entendimento de que todos os vivos estabelecem relações de dependência existencial (Mbembe, 2025, p. 13). As relações estabelecidas seguem uma lógica da biointeração. Essa noção foi desenvolvida pelo intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos. Essa noção pressupõe que tanto a existência quanto as expressões produtivas da humanidade decorrem da energia orgânica e, por conseguinte, devem ser reintegradas a ela (Santos, 2015, p. 85). Esse processo é marcado pela lógica de “extrair, utilizar e reeditar”, trata-se do entendimento de que os recursos compartilhados devem ser devolvidos e reconfigurados ao ambiente por meio de uma reedição com os demais vivos (Santos, 2015, p. 100).

Diferente das dinâmicas econômicas de trocas ou das relações puramente mutualísticas, que a biologia descreve como vínculos estritos de ganho mútuo, as ações na biointeração não implicam compartilhamentos necessariamente positivos ou negativos, recusando classificações extremas ou dicotômicas. Implicam a cosmo percepção e o pertencimento das populações aos sistemas ambientais que habitam (Kikuti, no prelo). Assim, a biointeração permite que as populações compreendam os vivos que compartilham esses espaços e busquem refletir e explicar as relações estabelecidas entre eles.

Na tradição oral registrada por Martins (1971, p. 48-57), o cágado (mbatshi) era reconhecido por todos como o chefe de todos os animais. Ele tinha uma grande amiga, a perdiz (ngwari), que frequentemente o desafiava para disputar quem era o melhor. Certo dia, ambos combinaram uma prova: aquele que sobrevivesse a um incêndio na kuna seria o vencedor. O cágado foi o primeiro e enfrentou o fogo sem dificuldades, mas a perdiz não resistiu e faleceu. Para honrar a memória de sua companheira e chorar a sua morte, o cágado guardou a unha da ave.

Diante do ocorrido, os demais animais uniram-se ao luto do cágado. Eles tomavam a unha da perdiz para assobiar em sinal de respeito e, em seguida, a devolviam ao chefe. Contudo, o crocodilo roubou o artefato. Para recuperar a lembrança de sua amiga, o cágado

aliou-se ao coelho e, valendo-se da astúcia, a dupla conseguiu ludibriar o crocodilo, forçando-o a restituir a unha.

A sequência do relato aponta que o crocodilo sentiu-se profundamente humilhado após o cágado expor o roubo publicamente para toda a floresta. Em retaliação, ele convenceu o leão e a palanca a decretarem o esquartejamento do cágado. Diante do ocorrido, Nzambi (a energia vital) interveio e ordenou que as formigas (*tungenyengeye*) recolhessem os pedaços do corpo do cágado e os unissem trazendo-o de volta à vida. Além disso, Nzambi concedeu-lhe o poder de deliberar conforme seus próprios desejos.

O cágado, em resposta à agressão, ordenou a seca de todos os rios da região. Desesperados com a escassez, os animais consultaram o adivinho (*tahi*), que revelou que a crise decorria do malfeito contra o cágado, sinalizando que a sobrevivência do grupo dependia do respeito e do pagamento de tributos ao chefe. Após receber as devidas reverências, o cágado restabeleceu o curso das águas, determinando, porém, que todos só poderiam saciar a sede no quinto rio, visto que os quatro primeiros abrigavam peixes letais. Aqueles que desobedeceram à instrução faleceram, enquanto os demais aceitaram o poder do cágado até o fim de seus dias (Martins, 1971, 48-57).

Diante disso, a biointeração se manifesta nessa tradição oral ao demonstrar que o poder do cágado, embora apresentado como anterior aos acontecimentos da narrativa, é reafirmado e atualizado a partir de dinâmicas de compartilhamento. Esse processo se evidencia na adoção da unha da perdiz como insígnia de poder, na ação coletiva das formigas ao reverter o esquartejamento sofrido pelo cágado, na partilha de forças operada por Nzambi e, por fim, no compartilhamento dos conhecimentos territoriais do cágado aos demais viventes sobre quais cursos d'água poderiam ser acessados em segurança.

A unha da perdiz funcionava não apenas como símbolo de um vínculo de aliança e amizade, mas também como marcador dos direitos do chefe sobre o território. Na região da Lunda, a kuna consistia em uma área delimitada para caçadas sazonais onde, durante a estação seca (entre maio e setembro), ateava-se fogo à vegetação. Nesse período, a chefia convocava a população para cercar os animais que, afugentados pelas chamas, buscavam uma única rota de escape. Após a atividade, ao chefe era atribuído o direito de receber a caça capturada, com exceção dos pulmões e o coração, que eram destinados ao consumo do caçador e de sua linhagem (Martins, 2001, p. 385). Assim, ao reeditar o uso da unha como símbolo de poder, o cágado reivindica seus vínculos com a perdiz como também sua posição

como chefe do território.

Essa dinâmica de reivindicação, contudo, deflagra disputas políticas pela posse do símbolo, culminando no esquartejamento do cágado a mando do leão e da palanca influenciados pelo crocodilo. Após essa ação ocorrem dois eventos importantes da narrativa: a reordenação do corpo do cágado pelas formigas sob as ordens de Nzambi, e a atribuição de poderes para que o réptil atue conforme suas deliberações. Esse processo também expressa noções biointerativas ao operar a reedição da matéria orgânica.

Sob a lógica estritamente biológica, o desmembramento do animal resultaria inevitavelmente na decomposição de seu corpo, reintegrando a energia ao ambiente. As ações das formigas e de Nzambi, entretanto, modificam essa dinâmica usual ao compartilhar a capacidade de restabelecer a integridade corporal e atribuir poderes ao animal. Essa intervenção permite que o Cágado modifique a própria organização social dos viventes ao ordenar a seca provisória dos rios. Após ter seu poder reconhecido pela comunidade, ele compartilha seus conhecimentos sobre o território ao indicar qual rio permanecia viável para a hidratação dos animais.

Desse modo, o estudo da tradição oral concentra-se na noção de poder vinculada à figura do cágado. A ele são atribuídas características como a resistência (por sobreviver ao desafio do fogo), a astúcia (por conseguir recuperar a unha da perdiz) e a longevidade (por mesmo depois de ter sido esquartejado voltar à vida), como requisitos para o exercício do poder. Essas características eram valorizadas pelas lideranças humanas que buscavam incorporar esses valores (Margarido, 1970).

Essa relação entre o cágado e a organização social da Lunda reflete-se na própria estrutura da Mussumba, a capital da Lunda. A cidade era espacialmente projetada no formato geométrico de uma tartaruga, desenho que funcionava tanto como destaque das qualidades atribuídas ao animal quanto como uma estratégia de segurança para proteger o centro do poder, espaço onde se fixavam o Muatiânvua e as chefias mais próximos. Os membros da organização política e os sucessores do Muatiânvua deveriam posicionar-se em quadrantes específicos do território urbano, cuja divisão interna seguia a anatomia da tartaruga, distribuindo-se entre a cabeça, a cauda e as patas (Margarido, 1970, p. 857-860).⁴

Figura 1- A Mussumba do Muatiânvua

⁴ Destacamos que não utilizamos termo como “reino”, “império” e derivados por reconhecermos a organização de poder específica da Lunda como o sistema político e tributário surgido junto ao rio Nkalany sob o mando do Muatiânvua (Tavares, 2009, p. 27).

das caravanas do comércio de longa distância (Santos, 2016, p. 148).

Ao decretar a seca provisória e impor regras estritas para o acesso aos leitos fluviais, permitindo a hidratação coletiva apenas por meio do quinto rio, o cágado demonstra o controle sobre a infraestrutura que viabilizava a economia e a continuidade da existência dos viventes, deliberando sobre quem possuía o direito de circular, comerciar e também os procedimentos necessários para a manutenção da vida.

A regra estabelecida pelo cágado evidencia o seu conhecimento sobre o território e sobre os seres que o habitavam. Afinal, para além do domínio climático, os rios ofereciam perigos iminentes, materializados na narrativa pela presença de peixes letais. O reconhecimento do cágado como chefe decorre, portanto, da eficácia de seu sistema de regras de acesso aos recursos.

A seção seguinte dedicar-se-á a investigar os mecanismos de construção da imagem pública de Luís XIV, analisando as estratégias utilizadas para legitimar o Absolutismo francês frente à população.

2. O poder de Luís XIV, o “rei sol”

O início da Idade Moderna foi marcado pela desestruturação das bases políticas feudais e pela consequente formação do Estado Renascentista. Esse longo processo de centralização do poder resultou no desenvolvimento do Absolutismo.

Esse regime baseava-se no poder legítimo e legitimado na figura do monarca, que detinha a completa ausência de limitações jurídicas no exercício de suas funções sobre a administração, a economia, a força militar e a justiça do Estado. Para a consolidação dessa legitimidade, utilizou-se de diversos mecanismos, tais como: a modernização do direito romano; o fortalecimento do exército e a condução da guerra; o sistema fiscal e burocrático de arrecadação de impostos; a diplomacia e a venda de cargos para a nobreza (Anderson, 2004, p. 23-41).

Diante da crise do século XVII, em um contexto de declínio físico e simbólico do monarca e por crises políticas e econômicas no reino, Luís XIV encontrou formas de consolidar o Absolutismo na França, adotando estratégias também empregadas por outras monarquias. Transformou a corte em um espaço central para a construção da cultura e dos saberes, utilizando as manifestações artísticas como ferramentas políticas de controle. Essa promoção da imagem real visava incutir na população e nos súditos a crença de que o rei era poderoso, detentor de aptidão e competência para governar (Burke, 2009, 120-122).

Nesse sentido, a função da imagem real não consistia em registrar com realismo as feições do soberano ou relatar suas ações de forma sóbria, mas sim em exaltar e glorificar

Luís XIV. Desse modo, pintores e escritores recorriam a uma consolidada tradição de formas triunfais com o intuito de convencer o público acerca da grandeza do rei (Burke, 2009, p. 31).

Figura 2: Representação de poder de Luís XIV



Fonte: Joconde (2025)

Tal grandeza podia ser observada na pintura produzida por Hyacinthe Rigaud, intitulada como “O rei sol, Luís XIV da França”, produzida entre 1700 e 1701. Nela, o rei é representado com um corpo jovem, cercado por suas insígnias reais, tais como a coroa, o cetro e a espada. Em suma, a reunião desses símbolos colaborava diretamente para a construção da imagem do monarca como uma figura divina (Burke, 2009, p. 46).

O direito divino atribuído aos monarcas absolutistas fundamentava-se na premissa de que o rei era o representante de Deus na Terra. Essa doutrina concedia legitimidade e soberania ao governante no Estado Renascentista, estabelecendo que seu poder emanava

diretamente da vontade divina. Consequentemente, qualquer ato de desobediência ou contestação às decisões do soberano era classificado como pecado, visto que invalidava e contrariava os desígnios de Deus (Burke, 2009, p. 53-55).

A analogia entre o rei e o Sol possuía um caráter místico e operava para que a ordem política parecesse tão inevitável e inquestionável quanto as leis da natureza. Luís XIV utilizava elementos naturais, como o Sol ou o trovão de Júpiter, para projetar as qualidades que desejava atrair para si: brilho (*éclat*), invencibilidade e força avassaladora (Burke, 2009, p. 140).

Nessa perspectiva, operava-se um movimento de moldar a natureza para que ela servisse de espelho moral ao monarca. Não era o rei que aprendia com o Sol, mas o Sol que era descrito como “o mais nobre dos corpos celestes” para naturalizar a centralidade real (Burke, 2009, p. 142).

No reinado de Luís XIV, o fluxo discursivo ocorria de dentro para fora: a ideologia política projetava no cosmos (Sol, deuses, natureza) as virtudes reivindicadas pelo monarca. Assim, a estrutura de poder seguia uma lógica na qual a natureza funcionava como o cenário encarregado de legitimar a figura do rei.

3. Proposta de sequência didática: as noções de poder na Lunda e no absolutismo francês

A proposta dessa sequência didática pauta-se na análise das fontes, estruturada de forma a mobilizar as experiências prévias dos discentes por meio do tensionamento de fontes de naturezas distintas (tradição oral sobre o poder do cágado, croqui da Mussumba e pintura “O rei sol, Luís XIV da França”). A proposta busca fomentar a análise crítica de categorias, como a ideia de poder, em diferentes formas de organização social. Esta sequência didática será estruturada em três aulas de 50 minutos.

O processo avaliativo assume um caráter formativo e processual nas duas etapas iniciais e culmina, na terceira aula, em uma atividade de escrita sobre as discussões realizadas ao longo das aulas a partir de perguntas que direcionam o processo de construção de conhecimento dos alunos. Essa produção escrita individual cumpre a função de materializar o registro do aprendizado dos discentes, permitindo avaliar a capacidade dos estudantes de mobilizar as ideias discutidas. Os critérios de correção pautam-se na habilidade do discente em contrastar as noções de poder da Lunda e do absolutismo francês, indicar a agência dos viventes não humanos na tradição oral e identificar as estratégias de legitimação política de ambas as formas de organização.

Como ponto de partida para a sequência, sugerimos a aula “O poder de Luís XIV, o rei Sol” por ser o conteúdo da BNCC alinhado às discussões envolvendo as noções de modernidade europeia. Dessa forma, a primeira aula será voltada para a compreensão da construção da imagem de Luís XIV. Por sua vez, a segunda se dedicará à análise da tradição oral, buscando compreender quais as ideias de poder vinculadas à figura do Cágado. Por fim, a terceira aula será dedicada à atividade de reflexão e escrita dos alunos que funcionará como forma de avaliação formativa.

A mediação docente deverá ser realizada por meio de questionamentos que instiguem os discentes a interrogarem as fontes, permitindo o aprofundamento da discussão à medida que as problemáticas emergem. Após os debates, propõe-se a sistematização do conhecimento por meio de registros de síntese baseados em palavras-chave, permitindo que os alunos fixem o conteúdo e possam retomá-lo em outras oportunidades.

A seguir, apresentam-se algumas possibilidades de perguntas, acompanhadas das respostas esperadas e das informações que o(a) professor(a) pode expor para os alunos. Destaca-se, contudo, a possibilidade de adaptação desse material frente à realidade de cada turma, uma vez que este roteiro não consiste em uma estrutura rígida, mas em sugestões que servem de inspiração para a preparação das aulas.

3.1. Aula 1: O poder em Luís XIV, o “rei sol”

O(A) professor(a) deve iniciar a discussão apresentando, por meio do uso do projetor ou distribuição em papel impresso, a pintura de Luís XIV produzida por Hyacinthe Rigaud.

O(A) professor(a) deverá incentivar os estudantes a prestarem atenção nos detalhes, tais como as roupas, a postura, os calçados, o cabelo e o cenário ao fundo. Diante disso, o docente pode propor a seguinte pergunta: “Que tipo de mensagem vocês acham que essa imagem queria transmitir? Essa pessoa parece alguém poderosa?”. Espera-se que os discentes destaquem o luxo, a peruca, o uso de salto alto, a imponência da capa e a postura altiva, associando a imagem à riqueza. A partir desses apontamentos, o docente deve apresentar que se trata da imagem de Luís XIV, conhecido como o Rei Sol.

Com essa informação, o(a) professor(a) pode questionar: “Olhando para a imagem e pensando no que discutimos, por que ele escolheu um elemento da natureza como o Sol? Ele queria mostrar que os seres humanos devem obedecer à natureza ou que a natureza estava a serviço do poder dele?”. Espera-se que os alunos associem o Sol ao centro do sistema solar, ao corpo celeste cujo o brilho é reconhecido, que ilumina e que dá vida, notando que, ao se comparar ao Sol, o rei queria parecer tão importante quanto esse astro. O(A) professor(a) deve

aproveitar as respostas para explicar que a analogia com o Sol servia para fazer a ordem política absolutista parecer tão inevitável, inquestionável e eterna quanto a própria existência do sol. Contudo, o(a) professor(a) precisa demonstrar que, neste caso, não era o rei que aprendia com os outros seres vivos, mas o cosmos que era rebaixado e moldado para servir à grandeza humana do monarca, sendo vinculado a uma posição de “nobreza”. Conclui-se mostrando que, nesta perspectiva eurocêntrica, a natureza é esvaziada de agência, operando como um palco inerte e decorativo para a exaltação do soberano.

Como última pergunta, o(a) professor(a) deve questionar: “Nessa sociedade, quem ou o que vocês acham que tinha o poder de controlar, fiscalizar ou limitar as decisões do rei?”. Os estudantes tendem a responder que ninguém controlava o rei, que ele mandava em tudo sozinho e que os súditos eram obrigados a obedecer por medo de punição ou da força militar. O docente validará essa percepção de poder total e explicará que essa é a característica central do Absolutismo, marcado pela completa ausência de limitações jurídicas ao exercício do poder real.

Além disso, o(a) professor(a) pode explicar que o retrato não buscava ser uma cópia fiel da realidade, mas uma peça de propaganda política. O docente informará que a ampliação da corte e o financiamento de pintores, escultores e arquitetos eram estratégias intencionais para persuadir os espectadores da grandeza e da superioridade da monarquia. Na sequência, introduzirá o conceito de Direito Divino dos Reis, explicando que, para legitimar essa soberania, construiu-se a narrativa de que o monarca era o escolhido diretamente por Deus para governar. Portanto, qualquer ato de desobediência civil ou questionamento às ordens reais não era categorizado apenas como um crime político, mas sim como um pecado direto contra a vontade divina, o que inviabilizava a oposição.

Encerrado o debate o(a) professor(a) deve sistematizar as informações apresentadas na lousa a partir de palavras-chave, levando em conta as contribuições dos alunos.

3.2.Aula 2: o poder do cágado na organização política na Lunda

Para dar início a essa etapa, o(a) professor(a) pode preparar um momento explicativo para destacar que a tradição oral é um conhecimento coletivo que era transmitido oralmente, mas que foi recolhido e transcrito por meio de ações coloniais. Apresentando também que essas narrativas estavam vinculadas às experiências próprias dessas populações.

Após esse primeiro momento, o texto impresso com o relato da tradição oral deve ser distribuído aos estudantes seguida de uma leitura coletiva em voz alta. Em seguida, a turma deverá realizar a análise da fonte, momento em que o(a) professor(a) deve atuar como

mediador(a) ao propor um debate entre os estudantes. As perguntas formuladas devem mencionar os elementos da narrativa para que os alunos reflitam sobre os sentidos atrelados a ela.

Em um primeiro momento, o foco da discussão será voltado para as características do cágado que o vinculam à posição de chefe. Como primeira pergunta, sugerimos o seguinte questionamento: “Na tradição oral, o cágado não é o animal mais forte e nem o mais temido da floresta, mas é o chefe de todos os outros. Com base no que acontece com ele ao longo da história, de onde vem a autoridade do cágado? O que faz dele um chefe?”. Espera-se que os estudantes compreendam que o poder do cágado não é reconhecido por sua força física, mas decorre de sua astúcia para lidar com os desafios, bem como de sua longevidade e resistência. Além de seus conhecimentos sobre qual dos rios poderiam ser utilizados pelos animais.

Diante disso, o(a) professor(a) poderá complementar o debate apresentando a informação de que, na Lunda, as características esperadas de um líder estavam vinculadas à figura do cágado ou da tartaruga. Nesse sentido, os governantes humanos dessa região buscavam incorporar as qualidades de sabedoria, resistência e longevidade do animal. O docente poderá expor que a chefia da Lunda possuía o título de Muatiânvua, que significa “senhor das riquezas”, responsável por receber tributos das populações sob o seu domínio. O poder do Muatiânvua concentrava-se na Mussumba (a capital da Lunda), espaço onde ele residia. A cidade era projetada no formato de uma tartaruga, e o(a) professor(a) explicará que a cabeça, as patas e a cauda do desenho urbano determinavam os lugares onde as outras chefias e conselheiros deveriam se posicionar para proteger o centro do poder.

Além disso, os estudantes devem reconhecer que o poder do cágado embora já existisse anteriormente aos eventos da narrativa, foi modificado e fortalecido por suas relações com os outros vivos, no uso da unha da perdiz como símbolo de amizade e poder, na reconstrução do corpo do cágado a partir das ações das formigas sob as ordens de Nzambi que também lhe atribuiu poderes. Com isso o professor pode estimular essa reflexão a partir da próxima pergunta: “Quando o cágado é desmembrado, as formigas, sob a ordem de Nzambi, juntam novamente as partes do corpo do animal. Se o próprio corpo e o poder do chefe dependem de outros seres para ser restabelecido e mantido, um líder consegue governar sozinho?”. O objetivo é que os discentes compreendam que a ideia de poder pressupõe uma rede coletiva de biointeração, pois a existência, e neste caso o poder, se estruturam a partir dos vínculos estabelecidos entre os seres.

O(A) professor(a) deverá apresentar o conceito de biointeração, ao explicar que trata-se de uma forma de perceber e se relacionar com mundo em que a energia dos seres

interage a partir de vínculos de compartilhamento que não se encaixam em categorizações binárias entre positivos ou negativos. Sob essa perspectiva, a existência é compreendida como resultado da energia orgânica devendo ser integrada a essa mesma força. Esse processo não implica uma desconexão com a natureza, mas sim um movimento de reedição dela. Assim, as formas de poder do Cágado expressas na narrativa demonstram esse processo de reedição, pelo uso da unha da perdiz como símbolo de poder, pela reorganização corpórea operada pelas formigas, pela atribuição de forças por Nzambi e pelo compartilhamento dos saberes sobre o território que implicaram em uma nova organização entre os viventes.

Como última pergunta, sugerimos a seguinte discussão: “Quando o cágado faz todos os rios secarem e depois voltarem a correr, ele mostra que tem o controle sobre a água. Como esse controle afeta a sobrevivência e a rotina dos outros animais?”. Nesse momento, os alunos devem notar que a água é o elemento que conecta todos os seres vivos e que, sem ela, a força bruta do leão ou do crocodilo se torna inútil. Controlar a água significa gerenciar as dinâmicas de vida e de morte, constituindo-se como um elemento importante de poder por lidar diretamente com a existência coletiva.

Nesse momento, o(a) professor(a) pode explicar que, na região da Lunda, o controle das águas e das chuvas era a chave para a sobrevivência de todos, regulando tanto a agricultura quanto as caravanas de comércio. Assim, a tradição oral faz alusão à figura do Muatiânvua, que controlava o comércio na região. O docente contará que as chuvas e as cheias dos rios representavam os maiores desafios para o comércio, pois podiam destruir mercadorias valiosas como o sal, romper pontes de madeira e adoecer os carregadores, que eram os responsáveis por fazer o comércio acontecer. Portanto, ao dominar a disponibilidade de água e estabelecer a regra dos cinco rios, o cágado demonstra que o poder para as populações da Lunda não se organiza a partir da separação da natureza, mas por meio dos conhecimentos sobre ela constituídos pelas conexões entre os seres vivos.

Por fim, assim como a aula anterior, ao final do debate o(a) professor(a) também deve sistematizar as informações apresentadas na lousa, levando em conta as contribuições dos alunos.

3.3. Aula 3: Reflexão, escrita e atividade avaliativa

A etapa final da sequência didática é dedicada à avaliação formativa desse processo por meio da consolidação escrita dos conhecimentos construídos pelos alunos. O objetivo desta aula é que os estudantes sejam capazes de organizar as ideias discutidas nas duas aulas anteriores a partir da escrita. Para isso deverão responder, em uma folha avulsa, que será

entregue ao docente no final da aula, duas perguntas que direcionam para o cruzamento dos conteúdos trabalhados nas aulas anteriores.

Como primeiro eixo de reflexão indicamos: “A partir do que analisamos na tradição oral e na pintura de Luís XIV, diferencie a noção de poder na Lunda e no Absolutismo indicando a forma com que o poder era constituído por meio de características dos governantes”. Espera-se que os discentes demonstrem que, no Absolutismo francês, o poder emanava da Teoria do Direito Divino dos Reis, exigindo uma centralização desprovida de limitações jurídicas. Nessa organização política, o monarca utilizava elementos do cosmos, como o sol, como uma forma de legitimação e exaltação de seu poder. Em contrapartida, o poder na Lunda encontrava-se vinculado às qualidades atribuídas ao Cágado, tais como a astúcia, a sabedoria e a longevidade, virtudes que eram apropriadas pelas chefias humanas em suas práticas cotidianas e materializadas na própria organização espacial da Mussumba.

A segunda pergunta direciona para a relação com os outros seres vivos: “Como a relação com a natureza se expressa na construção de poder no caso do Cágado e no caso do Rei Sol?”. Espera-se que os alunos identifiquem que o Absolutismo francês configurava-se a partir da separação entre o ser humano e a natureza, empregando a imagem do sol para justificar e naturalizar a soberania de Luís XIV. Em contraposição, a cosmopercepção Lunda-Cokwe organiza-se a partir da lógica da biointeração, estruturada pelo compartilhamento e pelo processo de reedição da natureza. Esse processo aparece na narrativa por meio da apropriação da unha da perdiz como insígnia de poder, na reorganização do corpo fragmentado do cágado pelas formigas, na concessão de forças por Nzambi e no compartilhamento dos conhecimentos sobre o acesso aos rios.

Assim, enquanto no modelo europeu os elementos do cosmos são esvaziados de agência e recebem projeções humanas de nobreza para legitimar o monarca, na Lunda os seres humanos buscam aprender com as características do cágado como conhecimentos importantes para o exercício do poder e para a manutenção da vida coletiva.

Ao coletar essas produções escritas, o docente disporá de um material capaz de mensurar o impacto pedagógico da sequência de aulas proposta.

Considerações finais

O presente artigo buscou propor a inserção da História da Lunda no ensino de História na Educação Básica. Essa articulação foi viabilizada pelo estudo das noções de poder na

Lunda, associadas à figura do cágado na tradição oral, e a lógica do Absolutismo europeu, na construção da imagem pública de Luís XIV. Essa análise resultou em uma proposta didática que visa contribuir para a abordagem da História da África de forma não eurocêntrica na sala de aula.

O potencial desta proposta pedagógica reside na oportunidade de complexificar as categorias de análise histórica tradicionais na sala de aula do Ensino Fundamental. A reflexão sobre diferentes noções de poder permitiu compreender que ela pode ser construída por meio de aprendizados com outros viventes, nesse caso o cágado, em que a chefia humana busca se apropriar de características atribuídas ao animal, como astúcia, sabedoria e longevidade, como elementos importantes para exercer o poder. Enquanto isso, outras noções de poder atribuem definições como “nobreza” a elementos da natureza, neste caso o sol, a fim de legitimar o seu poder ao vinculá-lo com a inevitabilidade desse astro.

Esse estudo das diferentes noções de poder busca impedir que a história africana seja lida sob a ótica da curiosidade ou do exotismo, permitindo que os discentes compreendam o modelo europeu apenas como uma possibilidade de organização social, visibilizando as matrizes de pensamento africanas e colaborando, assim, para a efetivação da Lei 10.639/03. Ao mesmo tempo em que oferece aos estudantes do 7º ano ferramentas críticas para debater formas de habitar o planeta.

Para tanto, buscou-se desenvolver uma sequência pedagógica exequível dentro dos prazos limitados do currículo escolar e que utilizasse recursos acessíveis no cotidiano das escolas, tais como cópias impressas, lousa e projetor. Ao fornecer um roteiro prático para o(a) docente, o trabalho oferece subsídios para que o conceito de poder seja examinado sob uma nova perspectiva.

Portanto, o uso da tradição oral constitui uma estratégia eficiente para o ensino de história no Ensino Fundamental, impulsionando os estudantes a refletir sobre a pluralidade de estruturas políticas em diferentes tempos e espaços. A metodologia sugerida incentiva os estudantes a expandirem sua compreensão da realidade por meio do confronto entre representações já difundidas por mídias e jogos (no caso do Absolutismo) e concepções menos imediatas (como a organização de poder da Lunda). Espera-se, por fim, que este artigo sirva de inspiração para que outros professores e pesquisadores desenvolvam materiais e propostas práticas semelhantes, fortalecendo a valorização da história africana na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

Fontes

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. **Expedição Portuguesa ao Muatiânvua**. Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <https://purl.pt/23723>. Acesso em: 02 mai. 2026.

JOCONDE. **Louis XIV (1638-1715)**. Portail des Collections des Musées de France, 2025. Disponível em <https://pop.culture.gouv.fr/notice/joconde/000PE002386>. Acesso em 02 mai. 2026.

MARTINS, João Vicente. Conto do Cágado e da Perdiz (Tshishima tsha mbashi nyi ngwari). *In: Museu do Dundo – Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda – Contos dos Quiocos*. Lisboa: Publicações culturais da Companhia de Diamantes de Angola, n° 83, 1971. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/diamang/diamang-v83&p=1>. Acesso em: 03 mai. 2026.

Bibliografia

ALENCASTRO, Mathias. Política dos diamantes em Angola durante a primeira era colonial: as relações entre o estado e a Diamang 1917-1961. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 57, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/26074>. Acesso em: maio de 2023.

ANDERSON, Perry. O Estado absolutista no Ocidente. In: ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versa_ofinal_site.pdf. Acesso em 02 mai. 2026.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, França, 2009.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (edit.). **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

KIKUTI, Vitória Massami. A biointeração nos sons do kasekwe: fontes e conceitos para uma história multiespécie. **Revista História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, [S.d.] (no prelo).

LOPES, José de Souza Miguel. Fundamentos para uma antropologia dos sentidos. In: LOPES, José de Souza Miguel. **Cultura Acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural**. São Paulo: Educ, 2004. p. 157-215.

MARGARIDO, Alfredo. La capitale de l'Empire Lunda un urbanisme politique. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v. 25, n. 4, 1970. p. 857-861.

MARTINS, João Vicente. **Os tutchokwe do nordeste de Angola**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001. 561 p.

MBEMBE, Achille. **Democracia como uma comunidade de vida**. São Paulo: N-1 Edições, 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (ed.). **African gender studies: a reader**. 1. ed. Houndmills, Basingstoke, England ; New York: Palgrave MacMillan, 2005. p. 3-22. Tradução Wanderson Flor do Nascimento.

PALMEIRIM, Manuela. Paradoxos, fluidez e ambiguidade do pensamento simbólico (o caso ruwund): para uma crítica a alguns modelos de análise. **Etnográfica Revista do Centro em Rede de investigação em Antropologia**, vol. 12 (2), 2008, p. 353-368, jul. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1745>. Acesso em: 02 mai. 2026.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 5 abr. 2023. 112 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos modos e significações**. 1. ed.

Brasília: INCT Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, 2015.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920). 2016. **Tese** (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-26082016-153408. Acesso em: 01 mai. 2026.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva. Histórias da Lunda nos arquivos coloniais portugueses em tempos de História Digital. **História Revista**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 49–63, 29 nov. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v30i1.82528>.

SICAR, Harald. Preface. *In*: **Museu do Dundo** – Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda – Contos dos Quiocos. Lisboa: Publicações culturais da Companhia de Diamantes de Angola, nº 83, 1971. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/diamang/diamang-v83&p=1>. Acesso em: 03 mai. 2026.

TAVARES, Ana Paula. História e Memória: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola. Lisboa. 2009. 300f. **Tese** (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

Declaração de contribuição dos autores

Vitória Massami Kikuti: redação - rascunho original, análise formal, conceitualização e investigação

Elaine Ribeiro: aquisição de financiamento, administração do projeto, supervisão, validação e escrita-revisão e edição

Declaração de conflito de interesse

As autoras declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em Mukanda Histórica Digital e pode ser acessado em <https://app.unifal-mg.edu.br/historiadigital/>.

Declaração de uso de IA

Declaramos que a redação do presente trabalho contou com o suporte da Inteligência Artificial modelo Gemini 3.5 Pro, sob licença institucional da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), exclusivamente para revisão de linguagem: melhoria da gramática, ortografia, clareza e estilo do texto. Toda supervisão, validação e autoria intelectual do artigo são de responsabilidade das autoras humanas.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.